STJ00109311

THÉLIO QUEIROZ FARIAS
Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Com especialização em Direito Civil pela Universidade Humbold, em Berlim/Alemanha.
Autor de vários trabalhos jurídicos.
Advogado militante, com destacada atuação, especialmente na região Nordeste do Brasil.

TEORIA E PRÁTICA PROCESSUAL
CONTRA BANCO

5ª Edição

Anhanguera

Leme - SP
2019

STJ00109311

ISBN 978-85-61685-62-1

©Copyright by Anhanguera Editora Jurídica

Supervisão: Antônio Arneldo Leite de Loiola
Arte: Lucas Honofre
Diagramação: Roselene Cristiani dos Santos
Diretor editorial: Benedito Claudio de Oliveira

DADOS DE CATALOGAÇÃO

Farias, Thélio Queiroz

Teoria e Prática Processual Contra Banco / Thélio Queiroz Farias-Leme/ SP; Anhanguera Editora Jurídica, 5ª Edição 2019.

944 páginas.

1. Título: Teoria e Prática Processual Contra Banco.

ISBN 978-85-61685-62-1

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a cópia total ou parcial desta obra, por qualquer forma ou qualquer meio. A violação dos direitos autorais é crime tipificado na Lei nº 9.610/98 e artigo 184 do Código Penal.

Anhanguera

ANHANGUERA EDITORA JURÍDICA
Rua Carmem Lúcia, 105 – Jardim Casarão
Leme - SP / CEP 13617-381
Tel.: (19) 3571-7149
www.anhangueraeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

1. JUROS 25

1.1 Conceito 25

1.2. Juros na Idade Média 27

1.3. A reforma protestante e a usura 29

1.4. A ideologia liberal e a usura 30

1.5. Juros no Código de Napoleão 31

1.6. Juros no direito português 31

1.7. Juros no Brasil 31

1.8. Código Civil de 1916: 33

1.9. A Constituição de 1988 34

1.10. Juros Bancários 36

1.11. Anatocismo 37

1.11.1. Operações bancárias pela MP 2170-36, cuja constitucionalidade é arguida pela ADI 2316 39

1.11.2. Capitalização de juros em periodicidade inferior à anual 51

1.11.3 Necessidade de previsão contratual para a capitalização anual 53

1.11.4 Estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano 77

1.11.5 O simples fato de os juros remuneratórios contratados serem superiores à taxa média de mercado, por si só, não configura abusividade 77

1.11.6 Taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal 78

1.11.7 Juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02 79

STJ00109311

1.11.8 Revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais 79

1.11.9 Instituições financeiras - Lei de Usura 80

1.12. Impropriedades da Selic como parâmetro de limitação de juros remuneratórios 81

1.13 Súmulas n° 379, 380 e 381 aprovadas pelo STJ 83

1.14. Exceções à proibição de capitalização de juros 84

1.14.1. Cédulas de Crédito Comercial/Industrial/Rural ou outros contratos com previsão legal, desde que expressamente convencionados quanto a taxas, períodos de capitalização e termos iniciais 84

1.14.2 Capitalização anual para contratos de conta corrente... 88

1.14.3 Capitalização anual para juros remuneratórios em mútuos 90

1.14.4 Cédulas de Crédito Bancário pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004 91

1.15. Tabela price 91

1.15.1. Cálculo 91

1.15.2. Eliminando o saldo devedor 94

1.15.3. Juros Abusivos 96

1.16. Sistema de amortização constante 97

1.17. Sistema de amortização crescente 98

1.18. Método hamburgues 98

1.19. A Revisão dos Juros Remuneratórios Pactuados - RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530 - RS (2008/0119992-4) 99

1.20. Modelos 116

1.20.1 Civil e processo civil - Em embargos monitórios, alega-se que a instituição financeira é a devedora, em razão da prática de anatocismo 116

1.20.2 Ação Revisional de Contrato de Financiamento - tabela price 131

STJ00109311

2. CHEQUE 159

2.1. Conceito 159

2.2. Princípios 160

2.2.1. Princípio da Cartularidade 160

2.2.2. Principio da Literalidade 160

2.2.3. Princípio da Autonomia 161

2.2.4. Princípio da Abstração 162

2.2.5. Princípio da Inoponibilidade das Exceções 162

2.3. Requisitos essenciais 163

2.4. Aceite 164

2.5. Endosso 164

2.6. Desapossamento 165

2.7. Revogação do cheque 165

2.8. O Aval 166

2.9. As espécies de cheque 167

2.10. Protesto do cheque 172

2.11. Prescrição 175

2.12. Civil. Relação de consumo. Falha na prestação de serviço. Banco. Súmula 297/STJ. Responsabilidade civil objetiva. Danos materiais. Ajuizamento de ação de cobrança. Dano moral não caracterizado 176

2.13. Dano moral – talonários extraviados em poder da instituição bancária 184

2.14. Dano moral – cheque indevidamente devolvido 193

2.15. Erro de operacionalidade na compensação de cheque que acarretou a devolução do mesmo por insuficiência de fundos... 196

2.16. Irregularidade dos endossos – responsabilidade do banco intercalar 199

2.17. Devolução de cheque por insuficiência de fundos 200

STJ00109311

2.18. Cheque fraudado – falha na prestação do serviço – responsabilidade objetiva 200

2.19. Cheque devolvido – manutenção do nome do devedor no Serasa após quitação do débito 202

2.20. Extravio de cheque enviado pelos correios – responsabilidade objetiva do banco 203

2.21. Devolução de cheques por ausência de fundos ocasionada por cobrança indevida de tarifa de contra-ordem 209

2.22. Devolução de cheque – negligência da instituição bancária 210

2.23. Cheque adulterado – compensação errônea 211

2.24. Dano moral – indevida devolução de cheque – dever de reparar 212

2.25. Inclusão e manutenção indevidas de nome de pessoa física no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos do BACEN 213

2.26. Estorno indevido de depósito realizado em conta – corrente – devolução de cheque por insuficiência de fundos 214

2.27. Devolução de cheque de conta já encerrada 216

2.28. Cancelamento unilateral de limite de crédito – ausência de prévia comunicação 217

2.29. Compensação de cheque furtado – inscrição do nome da correntista nos órgãos de proteção ao crédito 218

2.30. Cheque sem assinatura – falsificação de assinatura 219

2.31. Depósito de cheque por meio de envelope – demora em disponibilizar o crédito – defeito na prestação do serviço 220

2.32. Ausência de prévia notificação – cheque sem provisão de fundos 221

2.33. Inscrição em órgão restritivo de crédito – notificação prévia – ausência – responsabilidade – dano moral – devolução de cheque 222

2.34. Cheque especial – cancelamento do limite – comunicação 223

STJ00109311

2.35. Compra com pagamento à vista mediante cheque – recusa sem esclarecimento prévio ao consumidor..... 223

2.36. Cancelamento de contrato de cheque azul sem notificação – dano *in reipsa*, dever de indenizar..... 226

2.37. Cheque furtado – devolução por insuficiência de fundos 228

2.38. Bloqueio indevido em conta-corrente. Cliente que teve cheque em posse de terceiros rejeitado pelo banco..... 228

2.39. Transferência entre contas de titulares diversos – autorização do correntista não demonstrada – devolução de cheque por ausência de fundos..... 229

2.40. Dano moral – cheque devolvido por preenchimento incorreto..... 230

2.41. Cheque furtado – alegação de falsificação de assinatura – imprescindível a realização de perícia grafotécnica..... 231

2.42 Falta de creditamento de valor depositado em terminal de autoatendimento..... 231

2.43.Modelos..... 233

2.43.1 Ação de indenização por perdas e danos - cheque furtado..... 233

2.43.2 Ação de indenização por dano moral - cheque devolvido indevidamente..... 238

2.43.3 Ação de reparação por danos materiais e morais por desconto de cheques com erro grosseiro..... 242

3. DANO MORAL 253

3.1. Conceito..... 253

3.2. Do dever de reparar os danos morais..... 255

3.3 Legitimidade *ad causum*..... 256

3.4. O *Quantum* na reparação dos danos morais..... 259

3.5 Critérios de valoração do Dano..... 260

3.5.1 Punição do ofensor..... 265

STJ00109311

3.5.2. A teoria do valor desestímulo 266

3.6. Formas de reparação dos danos morais 269

3.6.1 Resposta não patrimonial à lesão 269

3.6.2 Reparação pecuniária ou *in natura* 271

3.7. Responsabilidade Civil 272

3.7.1. Bancos estão sujeitos às regras do Código de Defesa do Consumidor 275

3.7.2. Boa-fé objetiva 277

3.7.3 Ato ilícito 278

3.7.4 Nexo causal 279

3.7.5 Culpa e dolo 280

3.7.6. Responsabilidade Civil 281

3.7.7. Inversão do ônus da prova 281

3.7.8. Vulnerabilidade do consumidor 282

3.7.9. Vulnerabilidade técnica 284

3.7.10. Vulnerabilidade jurídica ou científica 284

3.7.11. Vulnerabilidade fática ou econômica 285

3.8 Ação indenizatória. Danos morais. Denúncia à polícia sobre atitude considerada suspeita de pessoas em agência bancária.... 285

3.9. Modelo - Ação de reparação por danos morais, em virtude de constrangimento causado em porta giratória de banco (Art. 932 do NCC e Art. 14 do CDC) 299

3.10. Inscrição em SERASA, oriunda de abertura de conta corrente com documentos falsos – responsabilidade da instituição bancária 307

3.10.1 OPERAÇÕES INDEVIDAS EM CARTÃO DE CRÉDITO - Reconhecimento da existência de falha na prestação do serviço pela instituição financeira 307

3.10.2 Declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais 323

STJ00109311

3.11. Responsabilidade civil. Encerramento de conta-corrente com quitação de todos os débitos pendentes. Inclusão indevida do nome da cliente nos órgãos de proteção ao crédito. Dano moral presumido. Valor da reparação. Critérios para fixação. Controle pelo STJ. Possibilidade..... 330

3.12. Cartão retido pelo caixa eletrônico..... 335

3.13. Responsabilidade civil – prestação de serviços bancários – inclusão indevida nos cadastros de inadimplentes (SPC/SERASA)..... 338

3.14. Modelo - Ação de reparação por danos morais..... 339

3.15. Responsabilidade civil – cheque sem provisão de fundos – emissão por terceiro, a quem a cártula emitida foi entregue por engano do banco..... 341

3.16. Depósito judicial – responsabilidade do banco depositário – Súmula 179/STJ – correção monetária..... 342

3.17. Talonários extraviados em poder da instituição bancária 342

3.18. Apresentação de extratos de conta vinculada ao FGTS – responsabilidade da CEF..... 345

3.19. Indenização, a título de perdas e danos, referente a valores indevidamente retirados de conta corrente por terceiro..... 345

3.20. Inscrição no Cadin - dívida, objeto da inclusão, estava em discussão nos autos do processo..... 347

3.21. Saque em Caixa Eletrônico – valor recebido a menor – indenização por danos materiais e morais..... 348

3.22. Caderneta de poupança – débito automático indevido..... 349

3.23. Erro de operacionalidade na compensação de cheque que acarretou a devolução do mesmo por insuficiência de fundos ... 350

3.24. Irregularidade dos endossos – responsabilidade do banco intercalar..... 351

3.25. Responsabilidade civil do banco que não recolheu imposto de renda retido na fonte devido pelo autor..... 352

3.26. Abertura de conta corrente por terceira pessoa..... 352

STJ00109311

3.27. Saques fraudulentos efetuados por terceiros..... 354

3.28. Saques feitos com a utilização de computador pessoal, através do uso de senha eletrônica, sem o consentimentos dos recorridos..... 355

3.29. Travamento de porta giratória – policial militar armado... 356

3.30. Apresentação dos extratos das contas vinculadas..... 357

3.31. Ação de indenização por danos morais – responsabilidade civil – instituição bancária – protesto indevido – título já quitado.....357

3.32. Fraude na concessão de empréstimo – saque indevido – ausência de comprovação de culpa exclusiva da vítima..... 358

3.33. Disparo de arma de fogo praticado por vigilante de instituição bancária. Dano moral *in re ipsa* - Indenização fixada em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)..... 359

3.34. Agravo interno. Recurso especial. Cliente de banco vítima de roubo no estacionamento de agência bancária. Responsabilidade civil. Precedentes..... 361

3.35. Responsabilidade direta do banco réu – conta conjunta não solidário – empréstimo a cargo do cônjuge – assinatura de contrato pela autora – falta de comprovação..... 369

3.36. Ação de indenização por danos morais – cheques de terceiro lançados equivocadamente em conta de outro cliente..... 370

3.37 Seguro prestamista - legitimidade do banco estipulante - desemprego involuntário - seguro devido - protesto indevido... 371

4. DUPLICATA..... 373

4.1. Conceito..... 373

4.2. Requisitos..... 373

4.3. Aceite..... 374

4.3.1. Duplicata sem aceite..... 375

4.4. Da Escrita Especial..... 376

STJ00109311

4.5. Caso de perda ou extravio 376

4.5.1 Ação anulatória da duplicata 376

4.6. Do processo para cobrança da duplicata 377

4.6.1. Foro 378

4.6.2. Prescrição 378

4.7. Aval 379

4.8. Endosso 380

4.9. Responsabilidade civil 380

4.10. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com compensação por danos morais 381

4.11. Indenização por danos morais – duplicata comprovadamente quitada – protesto indevido 384

4.12. Duplicatas sem causa – encaminhamento indevido a protesto – instituição financeira endossatária – ilegitimidade para figurar no polo passivo das ações 385

4.13. Legitimidade passiva do banco que realiza operação de desconto - protesto indevido de duplicata 386

4.14. Protesto indevido – endosso translativo 386

4.15. Protesto indevido – título já quitado 387

4.16. Duplicata mercantil – protesto indevido – endosso-mandato – legitimidade passiva do banco endossatário 388

4.17. Protesto indevido de título quitado (mensalidade) e inscrição indevida na SERASA 389

4.18. Ação cautelar de sustação de protesto – duplicatas sem aceite – sucumbência devida 390

4.19. Banco que recebe duplicata por meio de endosso-caução, sem lastro em negócio jurídico e a leva a protesto responde por perdas e danos 393

4.20. Cautelar de sustação de protesto – duplicata caucionada levada a protesto – contestação do banco endossatário – acordo entre as partes – ilegitimidade passiva do banco reconhecida –

STJ00109311

honorários advocatícios indevidos – litigância de má-fé..... 393

4.21. Endossatário – ilegitimidade passiva – indenização – duplicata – protesto indevido – endosso mandato..... 394

4.22. No endosso-mandato, somente responde o banco endossatário pelo protesto indevido de duplicata quando comprovada a sua negligência por ato próprio..... 394

4.23. Danos morais – sustação de protesto – duplicata – endosso-mandato – endossatário..... 395

4.24. Ação cautelar – sustação de protesto cambiário – denunciação da lide..... 395

4.25. Protesto indevido de duplicata sem aceite e desacompanhada do comprovante de entrega de mercadorias..... 396

4.26. O banco que recebe duplicatas através de endosso caução tem o dever de sindicar da existência material dos créditos que fundamentam os títulos..... 397

4.27. Modelo - Ação declaratória de nulidade de título cumulada com pedido de dano moral e tutela antecipada..... 398

5. CARTÃO DE CRÉDITO..... 409

5.1. Generalidades..... 409

5.1.1 História..... 409

5.1.2. No Brasil..... 411

5.1.3. Algumas características..... 412

5.1.3.1. Crédito rotativo..... 414

5.2. Conceito..... 414

5.3. Natureza jurídica..... 416

5.4. Modalidades de cartões de crédito..... 417

5.5. Requisitos do cartão de crédito..... 417

5.6. Partes que formam o Sistema de Cartão de Crédito..... 418

5.7. Efeitos entre o emissor e o titular..... 418

STJ00109311

5.8. Relações entre emissor e fornecedor..... 419

5.9. Relação entre o titular e o fornecedor..... 419

5.10. Extinção do cartão de crédito..... 419

5.11. Contrato de Cartão de Crédito e Minuta..... 420

5.12. Cartão de crédito com RMC (Reserva de Margem Consignada)..... 421

5.13 Cliente com margem de empréstimos consignados esgotada 438

5.14. Contrato de cartão de crédito – capitalização mensal dos juros – incidência – medida provisória nº 1.963-17/2000 – contrato posterior..... 440

5.15. Ação de indenização – danos materiais e morais – preliminar – legitimidade passiva – cartão de crédito – relação de consumo – devolução em dobro..... 444

5.16. Subtração de valores depositados em banco com cartão de crédito clonado..... 445

5.16.1 Cartão de crédito - clonagem - responsabilidade..... 445

5.16.2 Ação de indenização — dano moral e material — clonagem de cartão magnético..... 452

5.16.3 Modelo -inicial de repetição de indébito e danos morais por saque indevido..... 464

5.17. Manutenção indevida do nome do apelado no Serasa após o pagamento da dívida..... 471

5.18. Danos moral – falha no serviço prestado..... 473

5.19. Cartão de crédito – pagamento indevido – reconhecimento por parte da administradora do cartão – responsabilidade da instituição financeira..... 474

5.20. Alegação de cobrança indevida – ausência de contestação – revelia – inscrição nos cadastros de inadimplentes..... 476

5.21. Juros - contrato firmado anteriormente à edição da MP nº 1.963-17/2000..... 476

5.22. Juros excessivos..... 478

STJ00109311

5.23. Indenização por danos morais – bloqueio indevido de cartão de crédito 481

5.24. Capitalização mensal de juros remuneratórios – Prática inadmissível na espécie, à falta de pactuação 484

5.25. Taxa de juros – não sujeição ao limite estabelecido no Dec – nº 22626/1933 – súmula 596 do STF – art. 192, § 3º, da CF – norma programática de eficácia limitada – aplicabilidade indireta, mediata e reduzida – súmula 648 do STF – inexistência de lei regulamentadora 485

5.26. Exclusão de anuidade de cartão de crédito não-contratado 486

5.27. Lei de usura – inaplicabilidade – súmula 283 do STJ – taxa de juros remuneratórios – cláusula potestativa – nulidade – exegese do art. 51, inc. x, do CDC – limitação dos juros à taxa média de mercado 487

5.28. Culpa exclusiva de consumidor ou do terceiro. Inocorrência. Danos morais *in re ipsa* 489

5.29 Envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor 494

5.30 Clonagem 496

5.31 Modelo de Ação de Indenização - cartão de crédito - SERASA 500

6. FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) 513

6.1 Legislação do FIES 513

6.3. Capitalização de juros. Recurso repetitivo. Súmula n. 121 do STF. Contratação acessória de seguro 516

6.4. Somente em casos expressamente autorizados por norma específica, como no mútuo rural, comercial, ou industrial, admite-se sejam os juros capitalizados 522

6.5. Revisional. Fies. Ilegitimidade passiva de CEF. Princípio da legalidade. Código de defesa do consumidor. Tabela price. Capitalização dos juros. Limitação da taxa de juros. Honorários e sucumbência. 527

STJ00109311

6.6. Desobrigatoriedade de fiança pessoal na renovação do contrato 536

6.7. Administrativo. Financiamento estudantil. Fies. Quitação do contrato. Impossibilidade de nova contratação 541

6.8. Processual civil. Tutela antecipada. Contrato de abertura de crédito para financiamento estudantil - FIES. Cancelamento. Suspensão. Dois períodos não consecutivos. Força maior 544

6.9. Necessidade de comprovação da idoneidade cadastral do estudante e do fiador 551

6.9.1 Necessidade de comprovação da idoneidade cadastral do estudante e do fiador. Art. 5º, VII, da Lei 10.260/2001. Legalidade 551

6.9.2 Exigência de comprovação de idoneidade cadastral do estudante para assinatura do contrato – descabimento – contrato garantido por fiador idôneo 552

6.10 Observância. Juros aplicáveis aos contratos de financiamento estudantil (fies). Redução determinada pela Lei n. 12.202/2010 556

6.11 Contrato bancário. Fies. Reexame de cláusulas contratuais e análise de material probatório. Capitalização de juros 557

6.12 Vedação à concessão de novo financiamento a estudante beneficiado anteriormente 559

6.13 Fies. Transferência de instituição de ensino 560

6.14. Modelos 562

6.14.1. Petição para aditar o contrato do FIES sem fiador 562

6.14.2. Embargos monitórios 570

6.14.3. Juros, aplicação da TR, comissão de permanência e anatocismo - ação revisional do Fies 580

6.14.4. Mandado de segurança em face de coordenador de universidade que obsta a realização de estágio por aluno inadimplente 592

STJ00109311

7. TAXA MÉDIA PRATICADA PELO MERCADO 597

7.1.1 Taxa média praticada pelo mercado – abusividade 597

7.1.2 Taxa dos juros média – época 601

7.1.3 Contrato de Cheque Especial - Tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil - taxas médias utilizadas pelas Instituições Financeiras em Contratos de Cartão de Crédito 602

7.1.4 Comissão de permanência limitada à taxa média de mercado602

7.1.5 Taxa anual de juros remuneratórios não prevista 602

8. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS 605

8.1 Conceito 605

8.2. Princípios Fundamentais do Direito Contratual 606

8.3. Classificação: 610

8.4. Validade dos contratos 618

8.5. Invalidade e ineficácia do contrato 621

8.6. Dos defeitos do negócio jurídico 625

8.7. Da extinção do contrato 630

8.8. Contratos Bancários 634

8.8.1 Conceito 634

8.8.2 Operações bancárias 636

8.8.3 Contrato de adesão 638

8.8.4 Contrato de depósito 640

8.8.5 Contrato de conta corrente 642

8.8.6 Desconto bancário 642

8.8.6.1 Características 643

8.8.6.2 Natureza jurídica 644

8.8.7 Fomento mercantil (factoring) 648

8.8.8 Contrato de abertura de crédito 650

STJ00109311

8.8.8.1 Características 652

8.8.8.2 Modalidades do contrato de abertura de crédito 653

8.8.8.3 Extinção do contrato de abertura de crédito 654

8.8.9 Contrato de mútuo bancário 654

8.8.9.1 Conceito 654

8.8.9.2 Mútuo bancário 656

8.8.9.3 Capacidade 656

8.8.9.4 Características 657

8.8.9.5 Classificação do mútuo bancário 658

8.8.10 A relação de consumo e aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor 659

8.9. Ação de revisão de contrato bancário 662

8.9.1 Arrendamento mercantil. É possível a cobrança de comissão de permanência desde que não cumulada com outros encargos e limitada à taxa média de mercado, nos termos das Súmulas 294 e 472 do Superior Tribunal de Justiça 662

8.9.2 Ação revisional de contrato – não demonstração da existência de pactuação para a capitalização mensal de juros – CDC. 663

8.9.3 Contrato. Comissão de permanência. Ausência de previsão contratual 665

8.9.4 Artigo 1036 e seguintes do CPC/2015 - ação revisional de contratos bancários - procedência da demanda ante a abusividade de cobrança de encargos 666

8.9.5 Contratos bancários – desconto de parcela de empréstimo consignado – limite de 30% dos vencimentos 667

8.9.6 Tarifas bancárias - seguro - venda casada 669

8.9.7 Contrato bancário - aplicabilidade do código de defesa do consumidor - contrato não apresentado 670

8.9.8 Taxa de juros abusiva 671

8.9.9 Juros remuneratórios - limitação - taxa média divulgada pelo BACEN - parâmetro 677

STJ00109311

8.9.10 Revisão. Contrato bancário. Juros compostos. Anatocismo. Inexistência 677

8.10 Impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada 678

8.11 TAC e TEC 679

9. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 681

9.1 Dever de prestar contas 681

9.2 Inadmissibilidade de cumulação de ação de prestação de contas com revisão contratual 682

9.3 Motivos consistentes do pedido. Ausência de indicação. Pedido genérico 683

9.4 Veiculo apreendido em ação de busca e apreensão - ausência de prestação de contas 684

9.5 A ação de prestação de contas - limitação 685

9.6 Em Ação de Prestação de Contas é impossível a revisão de cláusulas contratuais 685

9.7 Ação de prestação de contas - segunda fase - ausência de impugnação específica 687

9.8 Pretensão de prestação de contas - inadequação da via eleita - planilhas e extratos requeridos 687

10. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO - SAQUE INDEVIDO 689

10.1 Cartão de crédito contratados em nome do autor - responsabilidade objetiva do banco - fortuito interno - restituição dos saques e desconto indevidos em benefício previdenciário 689

10.2 Realização de saques indevidos em conta corrente - falha na prestação do serviço - restituição 690

10.3 Ação de restituição de quantia c/c indenização por danos morais - saques indevidos em conta bancária 690

10.4 Ação de cobrança tutela de urgência. Saques indevidos em

STJ00109311

conta-corrente 691

10.5 Ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais - saques indevidos na conta poupança 691

10.6 Negativa, por parte do autor, da realização de operação eletrônica de saque em terminal de autoatendimento que somente podia ser infirmada mediante contraprova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado na inicial 692

10.7 Danos materiais – desconto indevido e não autorizado em conta corrente da autora 693

10.8 Saques indevidos por cartão – alegação de que teriam sido feitos por culpa exclusiva do correntista com senha e chave que estava sob sua guarda não demonstrada pelo banco 694

10.9 Saques e empréstimos – transações não efetuadas pelo titular – responsabilidade objetiva – dever de indenizar inafastável 695

10.10 Ação declaratória de inexigibilidade de dívida cumulada com indenização por danos materiais e moral. Saques em conta corrente e empréstimo 695

10.11 – Cartão de débito – transação contestada, destoante do padrão de uso do consumidor 696

10.12 Saques indevidos perpetrados no cartão da autora. Ônus da prova a cargo do Banco 696

11. ASSALTO NA PORTA DO BANCO - "SAIDINHA DE BANCO" 699

11.1 Vítima que é roubada ao sair da agência bancária por pessoa que lá se encontrava 699

11.2 Responsabilidade civil. Indenização - "saidinha de banco" - Ilegitimidade passiva - atitude omissiva 704

11.4 Roubo realizado logo após a saída do banco - Nexo causal não demonstrado 708

12. PORTA GIRATÓRIA 711

12.1 Porta giratória - responsabilidade objetiva-culpa concorrente711

STJ00109311

12.2 Porta giratória – travamento - atos posteriores extrapolam o limite do bom senso 711

12.3 Utilização da porta giratória - lesão física - cliente idosa 713

12.4 Muletas metálicas – obstacularização 713

12.5 Tratamento vexatório e humilhante pelo segurança da instituição financeira 714

12.6 Travamento de porta giratória - agressão verbal a usuário do serviço 714

12.7 Prótese no corpo visível. Presença da Polícia Militar a garantir a segurança da agência 715

12.8 A instalação de portas giratórias com sistema de detector de metais em agências bancárias, por si só, não configura constrangimento ilegal 715

13. VENDA CASADA 717

14. TAXA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA 721

14.1 Cobrança de comissão de permanência – ausência de informação a respeito da forma de composição do referido encargo... 721

14.2 Comissão de permanência - Súmula 472 do STJ 721

14.3 Comissão de permanência - formação - limitação - STJ..... 722

14.4 Comissão de Permanência cobrada de forma somada com multa de 2% sobre o valor devido 725

14.5 Comissão de permanência pode ser cobrada, desde que pactuada e não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual 726

14.6 Substituição dos juros moratórios diários pactuados ao dia para a comissão de permanência 726

15. RENEGOCIAÇÃO OU NEGOCIAÇÃO DE DIVIDAS 729

15.1 Conceito 729

STJ00109311

15.2 A Negociação de Dívidas 729

15.3 Bens Impenhoráveis - Novo Código de Processo Civil 2015 731

15.4 Limpando o nome 733

15.5 Com negociar as dívidas 734

15.6 Cobrança abusiva - detenção de três meses a um ano e multa. 738

15.7 Modelo - Pedido de refinanciamento da dívida pelo requerente, que se encontra em dificuldade financeira. Com inesperado aumento no índice de correção escolhido pelas partes, que impossibilita o requerente quitar a dívida 739

15.8 Modelo - Renegociação de dívidas 742

15.9 Modelo Reconhecimento de dívida com proposta de composição amigável 746

15.10 Modelos de ação revisional de contrato bancário 749

16. PETIÇÕES DIVERSAS 775

16.1 Inicial – indenização por danos morais contra banco – cartão recusado 775

16.2 Inicial – produção antecipada de provas – quebra de sigilo bancário 778

16.3 Ação revisional de contrato de abertura de crédito – aquisição de veículo - depósito judicial – com tutela de urgência 783

16.4 Ação comum de cobrança – banco e administradora de cartão de crédito - contrato de emissão e utilização dos cartões 789

16.5 Ação comum de cobrança - banco - contrato para desconto de títulos 791

16.6 Ação de cobrança – cheque 793

16.7 Ação de cobrança contra consórcio 795

16.8 Modelo de petição inicial - repetição de indébito c/c danos morais - cartão de crédito 797

16.9 Ação declaratória negativa de contrato bancário cumulada com responsabilidade civil 805

STJ00109311

16.10 Execução - título executivo extrajudicial - contrato de abertura de crédito fixo - I 812

16.11 Pedido de tutela provisória de urgência cautelar incidental - SPC - SERASA 815

16.12 Revisão de contrato - abertura de crédito 824

16.13 Revisão de contrato - abertura de crédito - recurso - competência do juizado especial 831

16.14 Ação Declaratória de Nulidade C/C Revisão de Contrato – Prestações - Saldo Devedor e Repetição de Indébito - SFH 835

16.15 Revisão de contrato - bancário - geral - inicial 850

16.16 Revisão de contrato - cartão de crédito – I 861

16.17 Revisão de contrato - cartão de crédito - II 869

16.18 Revisão de contrato - cartão de crédito - taxa de juros - juizado especial 877

16.19 Revisão de contrato - contrato de prestação de serviços bancários - tutela antecipada - inscrição SERASA 879

16.20 Revisão de contrato - encargos financeiros – inicial 899

16.21 Tutela provisória de urgência - satisfativa - serviço de proteção ao crédito - avalista 903

16.22 Ação declaratória c/c indenização por danos morais – empréstimo consignado 909

16.23 Modelo de petição inicial - declaratória de inexistência de débito de cartão de crédito 915

16.24 Modelo de petição inicial - repetição de indébito c/c danos morais - cartão de crédito - De acordo com o novo CPC 924

Índice remissivo 933